

JORNAL DE BRASÍLIA

A crise e o pacto

24 JAN 1987

com Brasil

A situação do país é inegavelmente grave com o desentendimento entre as forças sociais. Depois de uma vitória histórica no Clube de Paris, em que nossos pontos de vista em grande parte foram aceitos, presenciamos um impasse, um bloqueio nas negociações do governo com trabalhadores e empresários para o entendimento nacional. Subestimar a gravidade do momento seria agir irresponsavelmente.

O ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho, reconheceu que o país está à beira de um colapso econômico, com razão. Sem um entendimento mínimo entre os interlocutores do pacto social, é pouco provável que uma saída para a crise que se agrava seja encontrada sem que o Estado se imponha através de medidas urgentes e sensatas. Seria bom que todos os envolvidos na busca de um acordo sobre preços e salários tomassem consciência da delicada fase por que passa a economia nacional. Isto ajudaria a equacionar mais rapidamente os problemas e as divergências que até agora inviabilizaram o pacto social.

Na democracia o entendimento é sempre desejado, mas em sua ausência o Estado não pode abdicar de suas responsabilidades de manter exequível a sociedade que dirige. Mais do que isto: os cidadãos cobram das autoridades as medidas que permitam que suas vidas e as de suas famílias prossigam normalmente.

Concretamente, nas negociações do pacto, dois foram os pontos em que o acordo não se realizou: salários e preços. São pontos fundamentais, pois implicam num problema básico de nossa sociedade, o da definição da distribuição da renda. É sabido que o Brasil, uma das maiores potências econômicas do mundo, é também um dos países que apresentam maiores desigualdades sociais.

Os empresários alegam que se não houver um reajuste dos preços suas empresas se tornarão inviáveis. Os trabalhadores, que

com os atuais salários não têm condições de manter suas famílias com dignidade, também reclamam da falta de condições. O problema vem de longe, nossa sociedade é extremamente desigual.

Existe, entretanto, um fator que não pode ser ignorado por nenhuma das partes: os destinos do Brasil estão em jogo. Ou há entendimento ou o governo estabelece discricionariamente as regras de comportamento econômico, o que pode significar prejuízo para ambos os lados.

O presidente Sarney não é um homem de abdicar de suas responsabilidades. Ele agirá se o entendimento não for alcançado. Este consenso não parece fora dos limites do possível. Todos se manifestam de acordo em dois pontos fundamentais: os salários devem ter um avanço real e não apenas fictício e as empresas devem ter condições de funcionamento, pois sem novos investimentos cairímos numa crise social incontrolável e sem precedentes. O problema se coloca apenas nos ritmos de recuperação de uma situação que todos consideram inaceitável. Parece que não se trata de um problema de divergência fundamental.

Para os brasileiros o problema das relações internacionais se transformou em algo fundamental. Um acordo entre os interlocutores sociais é importante para que o reescalonamento da dívida conquistado com o Clube de Paris seja mantido. Mas também devemos um projeto de desenvolvimento em que nossos credores confiem. E isto depende da fixação de regras que todos respeitem.

Ainda temos chances de caminharmos por um terreno de entendimentos. A presença do Estado, por tanto tempo todo poderoso, é um dos elementos de confiabilidade deste terreno de busca de solução. Este seria o caminho que mais rapidamente nos levaria à consolidação das práticas democráticas. Recusá-lo seria contribuir para desvios das rotas traçadas para a construção de um país moderno e progressista.